

CORREIO ECONÔMICO

Andre Ribeiro - Agência Petrobras



Descoberta reforça meta de autossuficiência do setor

Petrobras anuncia mais uma descoberta no pré-sal

Uma nova área de exploração no campo de Búzios, na região do pré-sal da Bacia de Santos. A descoberta foi confirmada, nessa sexta-feira (14) pela Petrobras, cujo volume foi medido por testes, a uma profundidade de 5.600 metros.

Para esses resultados, na inspeção, foram usados perfis elétricos, de uma sonda em nova perfuração, para identificar ca-

racterísticas geológicas e hidrológicas. Todo o material coletado ainda está sujeito a análise, por parte dos laboratórios da Petrobras.

Caberá ao consórcio da Jazida Compartilhada de Búzios, formado pela Petrobras (operadora) – em parceria com a CNOOC e a CNPC – e à Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), gestora, “dar continuidade às análises dos resultados”.

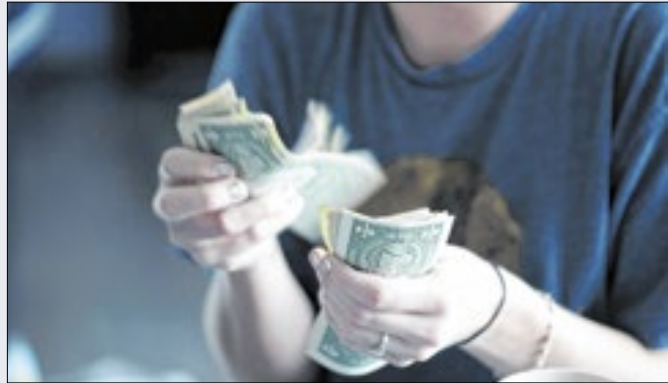
Produção

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou que a produção média anual de petróleo e gás natural atingiu 4,322 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em 2024, dos quais, 3,358 milhões de barris por dia (bb/d) de petróleo.

Maior do mundo

Considerado o maior do mundo em águas ultra-profundas, o campo de Búzios, a 189 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, onde opera produção em larga escala, desde 2015. E em março de 2024, este ultrapassou a marca de 1 bilhão de barris de petróleo produzidos.

Alexander Grey/Unsplash



Operações cambiais visam garantir saldo positivo

BC rola swaps cambiais no montante de US\$ 15,6 bi

A partir dessa segunda-feira (17), o Banco Central (BC) volta a intervir no câmbio, por meio da rolagem integral dos contratos de swap cambial, com vencimento em 1º de abril deste ano, no montante de US\$ 15,6 bilhões (311.057 contratos). De acordo com a execução desta rolagem, estão previstos leilões diários

de swap tradicional, até que todo o estoque com vencimento na data já mencionada, seja integralmente renovado. O BC poderá alterar o lote ofertado, a cada dia, e aceitar propostas em valor inferior à oferta, a depender das condições de demanda pelo swap, mantendo a rolagem integral do vencimento.

Risco

O real deverá continuar a se valorizar no curto prazo, em que pese o recuo expressivo no dólar, cuja cotação (R\$ 5,70) chegou ao menor nível, desde 7 de novembro. É o que admitem bancos estrangeiros, que admitem volatilidade à frente, segundo o Goldman Sachs.

Menor taxa

A taxa anual de desocupação do país (6,6%) recuou 1,2 ponto percentual ante 2023 (7,8%). A retração 2024 foi observada em todas as regiões do país e pela maioria (22) das unidades da federação. Os dados são da Pnad Contínua, divulgada hoje (14) pelo IBGE.

Valuations

Para a estrategista Teresa Alves, do Goldman Sachs, o real mantém ‘perspectivas atraentes de retorno’, em um ambiente de “valuations” (avaliações de mercado) ainda baratos, reforçado pelo elevado diferencial de juros (diferença entre as taxas no Brasil e em outros países).

Diversificação

“A queda da taxa de desocupação nos estados reflete a diversificação da expansão da ocupação no comércio, indústria, transporte e logística e construção ao longo de 2024”, destaca a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy.

Espectro da dominância fiscal volta a ‘assombrar’ o mercado

Desajuste fiscal e dívida sem controle tornam política monetária ineficaz

Por Marcello Sigwalt

Sinais, mais do que evidentes, de que o governo teria perdido o controle da inflação, voltaram a assustar os investidores, que temem a materialização do ‘fantasma’ da dominância fiscal, situação em que o desequilíbrio fiscal eleva muito a dívida pública, anulando, assim, o efeito da alta da Selic (taxa básica de juros) – leia-se, aperto monetário – pelo Banco Central (BC), a título de conter a disparada dos preços.

Compõem a receita ‘amarga’ da dominância fiscal: o governo gasta mais do que arrecada com impostos, ou um déficit orçamentário; o aumento dos juros expande a dívida pública; perda de confiança do mercado na eficácia das medidas do BC, o que leva a projeções inflacionárias, cada vez mais distantes da meta, além da combinação perversa de juros em ascensão, inflação descontrolada e risco de desvalorização dos ativos, que afugenta o investidor estrangeiro.



Reprodução site Polítize

Desajuste fiscal pode anular eficácia de aperto monetário e ameaça estabilidade econômica

Como ‘remédio’ para tal cenário caótico, especialistas recomendam ajustes fiscais mais profundos e ‘robustos’, a fim de reverter a deterioração fiscal e recuperar a credibilidade.

Exemplo clássico do imbróglio federal na matéria foi o episódio ‘bate-cabeça’ envolvendo o ministro do De-

senvolvimento Social, Wellington Dias e a Casa Civil, em que o primeiro foi desmentido pela segunda, quando aquele afirmou que o governo cogitava reajustar o programa Bolsa Família.

Didático, o economista da gestora ASA, Leonardo Costa explica que “em um

regime de dominância fiscal, o governo acumula um nível elevado de dívida pública, com perda de eficácia da política monetária no controle da inflação. Quanto maior o juro, maior a deterioração do quadro doméstico. A única saída passa a ser um juste fiscal sustentável e crível”.

Empresas captam R\$ 43,1 bi em janeiro

O ano de 2025 começou forte no mercado de capitais do Brasil, mesmo após os recordes de captação de 2024. As empresas captaram R\$ 43,1 bilhões em janeiro, crescimento de 103,2% na comparação com o mesmo período de 2024 e o melhor resultado para o mês na série histórica da Anbima.

Não houve operações de renda variável em janeiro e a renda fixa novamente dominou

o cenário. As debêntures atingiram R\$ 28,5 bilhões no mês passado, expansão de 243,5% ante janeiro de 2024 e também volume recorde para este título de dívida.

Os recursos captados com debêntures se destinam a investimentos em infraestrutura (45% do total).

Para o presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima,

Guilherme Maranhão, o ambiente da economia, com juros altos, continua impulsionando a renda fixa, que se consolida como uma alternativa na estratégia de financiamento das companhias.

Entre os instrumentos de securitização, os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) levantaram R\$ 3,5 bilhões em janeiro, aumento de 8,8% na comparação

anual. Já os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) tiveram queda de 14%, para R\$ 3,2 bilhões.

Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) registraram um janeiro recorde e atingiram R\$ 2,2 bilhões, com alta de 42,9%.

Os fundos imobiliários (FII) movimentaram R\$ 2,8 bilhões e os Fiagros chegaram a R\$ 1 bilhão no período.

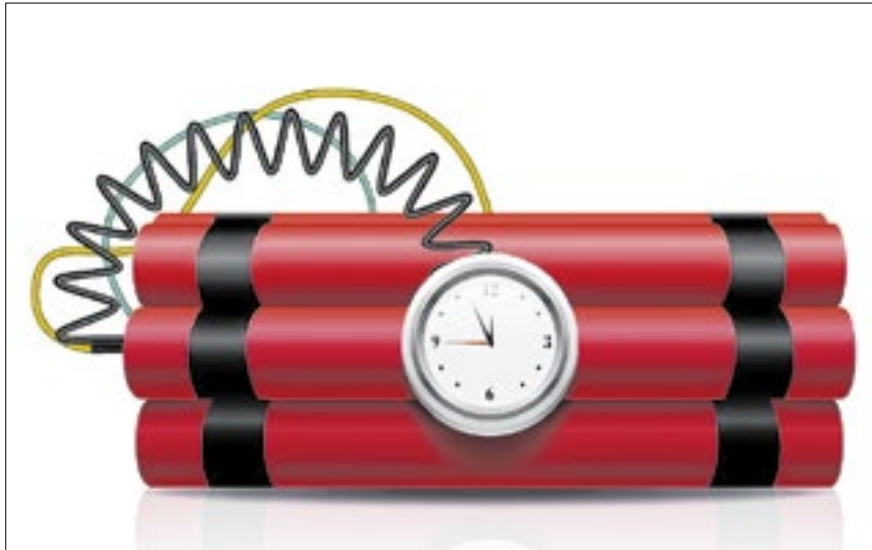
Ex-presidente do BC, Fraga prevê: “Galípolo vai tomar um suco amargo”

CDL Uberlândia

Por Marcello Sigwalt

O ‘paciente’ Brasil exibe sintomas muito graves, cujo único tratamento possível é de natureza fiscal, que é a ajuda que falta ao Banco Central (BC) para resgatar o compromisso de fazer convergir a inflação à meta, objetivo que parece muito distante de se concretizar, nesse ano ou no que virá.

Tomando por base o crescimento avassalador da dívida pública, o ex-presidente do BC, Armínio Fraga recorre à linguagem metafórica para expressar a preocupação geral do mercado: “A curva de juros está lá na Lua, a perder de vista.[...] As expectativas de inflação, não as de curto prazo, que dou pouca importância, mas as taxas implícitas idem, em 6%



Aumento exponencial da dívida pode trazer ‘frutos amargos’

a perder de vista, sugerem um problema: o Banco Central precisa de ajuda e só tem um lugar que pode ajudar que é o fiscal”, disse.

Ao acompanhar, da plateia, um seminário realizado no Rio de Janeiro, com a participação do presidente do BC, Gabriel Galípolo, Fraga lançou um

prognóstico sombrio para seu sucessor no posto. “Ele vai tomar um suco amargo”. Para ele, a única ajuda que a autoridade monetária precisa, no momento, é fiscal, ou seja, tem de vir do equilíbrio das contas públicas, por parte do Executivo federal. Enquanto esse improvável ‘socorro’ não chega,

o Copom (Comitê de Política Monetária) deu mais um aperto no custo do dinheiro, ao subir a Selic (taxa básica de juros) de 12,25% ao ano para 13,25% ao ano, na última semana.

Mais adiante em sua preleção, o ex-dirigente monetário voltou à carga: “Você [dirigindo-se a Galípolo], como uma pessoa de confiança das altas autoridades do nosso país, talvez possa convencê-los que não tem mágica”, afirmou Fraga.

Descartando a justificativa tecnocrática de ‘problema de comunicação’, pois o BC “não faz milagre”, Fraga retoma a metáfora médica para explicitar a situação do país: “Eu considero que o paciente está na UTI”, disparou.

Tarifaço: siderúrgicas querem negociar

Tomados de assalto pela decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de aplicar um tarifaço global direcionado aos seus maiores parceiros comerciais, empresários brasileiros mantêm a expectativa de que ainda seja possível ‘fazer uma negociação com o republicano, a fim de reverter a promessa de taxar em 25% o aço e o alumínio nacionais.

Indo além da repercussão da magnitude das alíquotas em si,

o temor do setor cresce, ante a possibilidade de a China ‘inundar’ o mercado tupiniquim com produtos siderúrgicos, por um preço bem abaixo do similar nacional, o que é viabilizado pela prática de dumping (venda de produtos abaixo do custo de produção).

A preocupação com a importação do aço chinês subsidiado pelos EUA poderá ser alterada drasticamente com a nova orientação tarifária pil-

tada por Trump, admite o presidente do conselho de administração da Gerdau – a maior siderúrgica brasileira – Guilherme Gerdau.

Outro executivo, sob anonimato, admitiu que o fluxo de aço chinês para o Brasil pode se tornar “quase um tsunami”, pela gigantesca capacidade de produção da China.

Como alternativa, um terceiro executivo também anônimo, sugeriu que o país passasse

a importar mais Gás Natural Liquefeito dos EUA, até porque, caso haja escassez hídrica, a Petrobras pode acionar térmicas do Nordeste, que empregam grandes quantidades de GNL.

Como retaliação ao tarifaço ianque aos produtos chineses, a China fixou uma taxaço de 15% para o GNL americano, o que pode fazer com que os EUA busquem outro comprador de grande potencial, como é o caso do Brasil.